



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01802011520188060001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GILDEVAN MARQUES PINTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Cumprido ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e alegada invalidez.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito tendo em vista que o único boletim de atendimento médico não atesta que a lesão apresentada tenha**

decorrido do suposto acidente dispondo no boletim somente o relatado pela parte autora, conforme observado abaixo:

PREFEITURA DE PORTALEZA		INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA		SAÚDE HOSPITALAR	
		Registro de Atendimento Emergencial		Emitido em: 03/07/2017 9:33:19 Por: JOSE URBANO DA MOTA COELHO	
REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL				DATA/HORA: 18/06/2017 02:33:21	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
INS: 708209107610244	NOME: GILDEVAN MARQUES PINTO		Registro: 5505413		
CPF: 07174952305	RG:	D. NASC: 27/11/1955	ESTADO CIVIL:	SEXO: M	RACIA/COR: Pardo
NOME DA MÃE: GILDEMA MARQUES PINTO		NOME DO PAI: AURIYAN DA SILVA PINTO			
TIPO DE LOGRADOURO: Rua		ENDEREÇO DO PACIENTE: APOCALIPSE Nº: 781		BAIRRO: PLANALTO AYTTON SENNA	
COMPLEMENTO:		TELEFONE CONTATO:		MUNICÍPIO: PORTALEZA	UF: CE CEP: 6078470
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL					
NOME: Francisco Gildevan Marques Pinto		PARENTESCO: TIO		TELEFONE: 886362840	
ACIDENTE DE TRABALHO					
TIPO DE VÍNCULO:		CBO DO EMPREGADO:		ENPJ DO EMPREGADOR:	CÓDIGO DO CNAER:
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO					
VETIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Colisão com um carro, pick up ou camionete					
QUEIXAS: vítima de colisão moto x carro com trauma em tórax E. Orientado.					
OBSERVAÇÕES:					
SINAIS VITAIS					
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Pública		Escala da Dor: Moderado		PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: AMARELO	
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA					
ATENDIMENTO MÉDICO					
Anamnese:					
Exame Físico:					
Diagnóstico:					
TEMPO NECESSÁRIO PARA OBSERVAÇÃO:					
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:					
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE:					
DATA E HORA DO ATENDIMENTO:		CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA:			

Assim, resta claro que os documentos juntados aos autos foram elaborados a partir do noticiado pela própria parte autora, produzidos de forma unilateral, incapazes de formar o convencimento do magistrado acerca da efetiva existência do sinistro, podendo a parte autora ter adquirido tais lesões em qualquer outra circunstância, imputando as mesmas ao suposto sinistro!

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Outrossim, em que pese o alegado acima, caso não seja este o entendimento do Douto Juízo, havendo condenação à ré, requer a aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 27 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE